



Estratégias de escolarização e profissionalização nas instituições filantrópicas em Campos dos Goytacazes em busca da inclusão no mercado de trabalho

Esther Almeida Barreto, Bianca Freitas, Renata Maldonado da Silva

Desde o período imperial, o desenvolvimento de políticas voltadas para a educação especial no Brasil ocorreu por meio da criação de institutos especializados, principalmente para os cegos e surdos. A partir da LDBEN 9394/1996, foi determinado que a educação especial deveria ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, a partir da educação infantil, e se estendendo ao longo da vida. Entretanto, historicamente, o setor privado teve um papel de grande importância na trajetória da educação especial, por meio da atuação das entidades filantrópicas e que buscam promover cursos profissionalizantes para o público-alvo da educação especial. Em função disso, o objetivo desse projeto é o de investigar as ações voltadas para a inclusão do público-alvo da educação especial no mercado de trabalho pelas instituições filantrópicas da cidade de Campos dos Goytacazes. A metodologia utilizada na pesquisa é a de revisão bibliográfica sobre a temática da inclusão no mercado de trabalho e a realização de trabalho de campo. O projeto ainda se encontra em andamento, e, até o momento pode-se constatar que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais vem realizando um projeto de inclusão dos jovens no mercado de trabalho, financiado pelo Conselho Municipal de Proteção do Direito da Criança e do Adolescente, que atualmente atende cerca de 50 adolescentes de 14 a 17 anos e 11 meses. O nível de escolaridade dos jovens é bastante variado, perpassando pelo segundo segmento do ensino fundamental ao ensino médio. Contudo, foram encontrados jovens com dificuldades de escolarização, impedindo sua inserção no mercado de trabalho, pois as empresas buscam instituições para preencher as vagas destinadas aos deficientes, de acordo com a lei 8.213 de 1991. De acordo com esta, é obrigatória a reserva de 2% a 5% das vagas para pessoas com necessidade especiais ou beneficiários reabilitados, nas empresas privadas, quando a empresa possuir cem ou mais colaboradores, exigem o nível elementar de escolaridade. Contudo, a pesquisa constatou que a determinação legal, portanto, não é suficiente para promover a inclusão do público-alvo da educação especial no mercado de trabalho. As próximas etapas da pesquisa consistem em entrevistar os jovens inseridos nos projetos de educação profissional nas instituições investigadas e quais são as empresas existentes no município que ofertam essas vagas e quais os postos ocupados pelos jovens público-alvo da educação especial.

Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Fomento da bolsa (quando aplicável): CNPq